



PROCEDIMENTO CONCURSAL N.º 5/2025

Candidatos/as admitidos/as para o Método de Seleção – Prova de Conhecimentos

Nos termos do artigo 16.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, foram convocados/as para estarem presentes no próximo dia 18 de junho de 2026, 5.ª feira, às 15h00, nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, 2560-303 Torres Vedras, para a aplicação do primeiro método de seleção – Prova de Conhecimentos, os/as seguintes candidatos/as:

Mónica Filipa Melícias Filipe
Mónica Margarida Gomes Miguel
Mónica Marques Vírgilio
Mónica Sofia Correia Magalhães
Natércia do Carmo Santos Tomás
Nelson Isidro de Freitas Martins
Nelson Jorge Canas Caetano
Noémia da Piedade Rodrigues Ferreira
Orhideea Ivan
Patrícia Alexandra Abreu Matias
Patrícia Alexandra Correia Martins
Patrícia Alexandra dos Santos Baptista
Patrícia Lopes Gomes
Pedro Miguel Rodrigues Silva
Raquel Alexandra Moreira Benedito
Renata Cardoso Romão
Renata Micaela Marquês dos Santos
Rodrigo Micheli Souza
Rosa Maria da Costa Luís Carreto
Rosa Maria Dionísio Rocha Terêncio
Roselei Rodrigues de Campos Rodrigues
Samira Alexandra Castro Rosa
Sílvia Isabel Assunção Santos
Sílvia Josefa Paixão António
Sílvia Rute Pereira de Oliveira
Sofia Cristina Gomes Gonçalves
Susana Isabel de Jesus da Cunha
Susana Rodrigues de Oliveira Ramos
Sylvie Garcia dos Santos
Tiago Alexandre Roldão Ferreira
Tiago Simão Fernandes Sampaio
Vera Lúcia Ferreira Passos
Vera Sofia Estudante Santos
Mónica Filipa Melícias Filipe



Bruna Gomes
(Presidente do Júri)

Sérgio Morais
(1º Vogal)

Esmeralda Arsénio
(2º Vogal)

A prova será escrita e realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos e com a tolerância de 15 minutos. Será composta por 6 questões de escolha múltipla, valoradas a 1 valor cada; 4 questões de resposta direta, valoradas a 2 valores cada e 1 questão de desenvolvimento, valorada com 6 valores.

Não é permitida a consulta de bibliografia. É permitida apenas a consulta de legislação, sem anotações, devendo os candidatos interessados em fazer uso desta faculdade, trazer cópia da mesma.

Como suporte pode ser consultada a seguinte legislação e/ou informação:

- Código do Procedimento Administrativo (CPA) – Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) – Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
- Código dos Contratos Públicos (CCP) – Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro;
- Tramitação do Procedimento Concursal de Recrutamento - Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as entidades Intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico - Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Lei da Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 58/2019 de 8 de agosto.